

Sumário

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	45
1. Direitos a uma prestação e execução	45
2. Direito potestativo e execução	46
3. Conceito de execução	49
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	49
5. Execução imprópria	51
6. Classificação da execução	52
6.1. Execução comum e execução especial	52
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	53
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	54
6.4. Execução direta e execução indireta	54
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	60
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução	62
7.1. Cognição na execução	62
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo	64
7.3. Coisa julgada	66
 Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	 71
1. Princípios da execução	71
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	71
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	73
1.3. Princípio da boa-fé processual	74
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	74
1.5. Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	77
1.6. Princípio do contraditório	82

1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	84
1.8.	Princípio da cooperação	88
1.9.	Proporcionalidade	89
1.10.	Princípio da adequação	90
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	91
2.	Regras fundamentais do processo de execução	93
2.1.	Regra de que não há execução sem título (<i>nulla executio sine titulo</i>)	93
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	94
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	95
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	97
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	97
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	98
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	99
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	102

Capítulo 3 ► **Tipicidade e atipicidade dos meios executivos..... 105**

1.	Introdução	105
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e <i>standards</i> para a compreensão do tema	107
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	107
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	108
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	111
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	116
2.5.	Crítérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	118
2.6.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	126
2.7.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	130
2.8.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício	131
2.9.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	133
2.10.	Proibição de o juiz impor, <i>ex officio</i> , como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	135
2.11.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	136

2.12. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	136
2.13. A prisão civil como medida atípica.....	138
2.14. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	144
2.15. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	145
2.16. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	146
2.17. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp.....	149
2.18. Combinação de medida executiva atípica e sanção por comportamento processual ilícito.....	150
3. Síntese das diretrizes (<i>standards</i>) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	151
4. Panorama das decisões dos tribunais superiores sobre o assunto.....	153

Capítulo 4 ► **Formação do processo de execução..... 157**

1. Considerações iniciais	157
2. A demanda executiva	158
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	158
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	159
2.2.1. Causa de pedir.....	160
2.2.2. Pedido	160
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	163
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	169
3. Petição inicial	174
3.1. Introdução	174
3.2. Requisitos de validade.....	175
3.2.1. Requisitos gerais.....	175
3.2.2. Documentos indispensáveis	177
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	179
3.3.1. Generalidades.....	179
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário	180
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	182
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	183
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	183

3.3.6.	Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	186
3.3.7.	Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	187
3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	188
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	189
3.3.10.	Intimação do credor de obrigação propter rem vinculada ao bem penhorado	190
3.3.11.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	191
3.3.12.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado	191
3.3.13.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento.....	193
3.3.14.	O caso do bem gravado com servidão.....	194
3.3.15.	O possuidor conhecido do bem penhorado	195
3.3.16.	Quadro esquemático	196
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	201
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	202
4.	Efeitos da litispendência executiva	204
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	205
4.2.	Interrupção da prescrição	205
4.3.	Prevenção	207
4.4.	Litispendência	207
4.5.	Litigiosidade do objeto	207
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	207
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	209
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	209
5.1.	Introdução	209
5.2.	Título executivo	209
5.3.	Afirmção do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	211
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	211
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	212
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	214
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	215
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento	215
5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC.....	217
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar.....	220
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento.....	221
5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	223

5.3.4.6. A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplemento.....	223
5.3.5. Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	226
5.3.6. Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução ...	231
Capítulo 5 ► Liquidação de sentença	235
1. A decisão ilíquida	235
2. Conceito de liquidação	237
3. Liquidação de título judicial: terminologia	239
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental	240
4.1. Introdução	240
4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	241
4.3. O processo de liquidação.....	242
4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	243
5. Legitimidade para requerer a liquidação	244
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	245
7. Liquidação da sentença arbitral	246
8. Momento para requerer a liquidação	247
8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	247
8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida	249
8.3. Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	249
9. prescrição e liquidação	249
10. A cognição na liquidação	251
10.1. A regra da fidelidade ao título	251
10.2. A matéria de defesa na liquidação.....	252
11. Espécies de liquidação.....	253
11.1. Introdução	253
11.2. A liquidação por arbitramento	254
11.3. A liquidação pelo procedimento comum.....	259
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o <i>non liquet</i>	263
13. A liquidação contra a fazenda pública	269
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença	269
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência	271
Capítulo 6 ► Título executivo	273
1. A necessidade e a importância do título executivo na execução	273
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	274
3. A taxatividade dos títulos executivos	278

4. Atributos da obrigação representada no título executivo	280
5. Rol de títulos executivos judiciais	283
5.1. Considerações gerais	283
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação	283
5.2.1. Generalidades	283
5.2.2. Decisão declaratória como título executivo	284
5.2.3. Decisão constitutiva como título executivo	287
5.3. Decisão que homologar autocomposição judicial	291
5.4. Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	293
5.5. Formal e certidão de partilha	293
5.6. Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	294
5.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado	295
5.7.1. Generalidades	295
5.7.2. Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	296
5.8. Sentença arbitral	302
5.8.1. Generalidades	302
5.8.2. O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	303
5.9. Decisão estrangeira homologada pelo STJ	304
5.10. Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de exequatur à carta rogatória pelo STJ	305
6. Títulos executivos extrajudiciais	305
6.1. Considerações gerais	305
6.2. Títulos de crédito	306
6.2.1. Generalidades	306
6.2.2. Letra de câmbio	308
6.2.3. Nota promissória	309
6.2.4. Duplicata	309
6.2.5. Debênture	312
6.2.6. Cheque	313
6.3. Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	314
6.4. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	315
6.5. Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal	318
6.6. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	319
6.7. Contratos garantidos por caução	320
6.8. Contratos de seguro sobre a vida	321

6.9. O crédito decorrente de foro e laudêmio	322
6.10. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	322
6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	324
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	326
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	327
6.14. O contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores.....	328
6.15. Demais títulos	329
6.16. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	331
6.17. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	333
6.18. Título executivo estrangeiro	333
6.19. Assinatura eletrônica e dispensa de testemunhas.....	336
 Capítulo 7 ► Partes	339
1. Legitimação ativa	339
2. Legitimação passiva.....	344
3. Litisconsórcio na execução	347
4. Intervenção de terceiro na execução	350
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	350
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	351
 Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial.....	355
1. Considerações iniciais.....	355
2. Obrigação e responsabilidade.....	356
2.1. Visão dualista.....	356
2.2. Visão unitarista.....	359
2.3. Visão adotada.....	364
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC)	365
3.1. Generalidades	365
3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC)	366
3.3. Bens do sucessor a título singular (arts. 789 e 790, I, CPC)	370

3.4. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC).....	373
4. Responsabilidade secundária	373
4.1. Bens do cônjuge ou companheiro.....	373
4.1.1. Consideração introdutória	373
4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	374
4.1.3. Dos bens próprios ou particulares	379
4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	380
4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC)	382
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais	388
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	392
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC)	395
7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	397
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	399
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	402

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça.....407**

1. O princípio da boa-fé na execução	407
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	408
3. Fraude contra credores.....	409
4. Fraude à execução	416
4.1. Generalidades	416
4.2. Pressupostos	419
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	419
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	421
4.2.2.1. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	421
4.2.2.2. Existência de averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC)	427
4.2.2.3. Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC)	429
4.2.2.4. Outros casos de fraude à execução.....	432

4.3.	Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	432
4.3.1.	Nota introdutória	432
4.3.2.	Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	432
4.3.3.	Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	436
5.	Quadro comparativo	440
6.	Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015)	441
7.	Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	444
8.	Averbação da certidão de dívida ativa (art. 20-b, IEI 10.522/2002)	446
9.	Atos atentatórios à dignidade da justiça	446
9.1.	Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	446
9.2.	<i>Contempt of court</i> na execução	450
9.2.1.	Generalidades	450
9.2.2.	Hipóteses legais	452
9.2.3.	Ilícito não danoso	456
9.2.4.	Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	457
9.2.5.	A punição	457

Capítulo 10 ► **Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial.....459**

1.	Generalidades	459
2.	Honorários no cumprimento da sentença	460
2.1.	Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	460
2.2.	Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	462
2.3.	Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação	463
2.4.	Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	465
2.5.	Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	469
3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial	469
3.1.	Regras gerais	469
3.2.	Honorários e o reconhecimento da prescrição intercorrente	471
3.3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública	472
3.4.	Honorários na execução fiscal	473
4.	Honorários no âmbito recursal	478

Capítulo 11 ► Suspensão da execução	481
1. O curso do processo e seus momentos de crise	481
2. Suspensão da execução	482
3. Causas de suspensão da execução	483
3.1. Hipóteses dos arts. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	483
3.2. Embargos à execução	484
3.3. Não localização do executado ou de bens penhoráveis	484
3.4. Ausência de licitantes na alienação judicial	489
3.5. Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	489
4. Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	490
5. Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	490

Capítulo 12 ► Extinção da execução	491
1. Generalidades	491
2. Indeferimento da petição inicial	492
3. Satisfação da obrigação	492
4. Outras causas de extinção da obrigação	494
5. Prescrição, intercorrente ou não	494
6. Extinção da execução sem análise do mérito	498

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais	503
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	503
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	505
3. Prazo para o cumprimento da sentença	509
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)	511
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	511

Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença.....	513
1. Generalidades.....	513
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária.....	513

3. Competência para a execução da sentença.....	516
3.1. Regra geral.....	516
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	517
3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	519
3.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	521
3.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	522
4. Competência para a execução de sentença arbitral.....	523
5. Competência para a execução de sentença estrangeira.....	524
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	526
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo	527
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	528
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva	530
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	530

Capítulo 15 ► **Cumprimento provisório.....533**

1. Consideração introdutória	533
2. Fundamentos.....	533
3. Cabimento.....	534
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	536
4.1. Generalidades	536
4.2. Requerimento do exequente	537
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	539
4.4. Impugnação do executado	541
4.5. Autuação separada	543
4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	544
4.7. Responsabilidade objetiva do exequente	545
4.8. Caução.....	547

Capítulo 16 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de quantia.....553**

1. Generalidades	553
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	554
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	561
4. Incidente de apuração do valor do crédito	563
4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz	563
4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	564

5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	569
6. A impugnação ao cumprimento da sentença	572
6.1. Noção e natureza jurídica	572
6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente secundum eventum defensionis	573
6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	574
6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	576
6.5. A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	577
6.6. Conteúdo	580
6.6.1. Observação inicial	580
6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	580
6.6.3. Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	582
6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	582
6.6.5. Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucionais (art. 525, §§ 12-14, CPC)	584
6.6.5.1. Generalidades	584
6.6.5.2. Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	587
6.6.5.3. Direito transitório	587
6.6.6. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	589
6.6.7. Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	589
6.6.8. Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	591
6.6.9. Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	592
6.6.10. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	593
6.6.11. A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	594
6.7. Desistência da execução e consentimento do executado	595
6.8. Efeito suspensivo da impugnação	595
6.9. Réplica	597
6.10. Julgamento e coisa julgada	597
7. As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	598
8. A possibilidade de averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	599
9. Protesto de sentença	600

Capítulo 17 ► Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro605

1. A tutela jurisdicional.....	605
1.1. Acepções	605
1.2. A tutela jurisdicional diferenciada.....	606
1.3. Espécies de tutela jurisdicional.....	608
1.3.1. Definitiva e provisória	608
1.3.2. Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	609
1.3.3. Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	609
1.4. Classificação da tutela específica.....	610
1.4.1. A distinção entre ilícito e dano	610
1.4.2. A tutela inibitória.....	613
1.4.3. A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	616
1.4.4. A tutela ressarcitória	618

Capítulo 18 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer621

1. Introdução	621
2. Abrangência do art. 497 do CPC.....	622
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente.....	625
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	628
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor.....	628
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	630
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	632
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução.....	636
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos	638
4.5.1. Momento da conversão	638
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos.....	640
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	641
5.1. Introdução	641
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta.....	642
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	642
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	645

5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	646
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	647
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	648
8. A multa coercitiva.....	648
8.1. Natureza jurídica e beneficiário.....	648
8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa	653
8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem	653
8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	654
8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa	659
8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	661
8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de suppressio	666
8.5. Destinatário da multa	669
8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública.....	672
8.7. Possibilidade de cumulação com a multa por <i>contempt of court</i> (art. 77, § 2º, CPC) ...	673
8.8. Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	677
8.9. Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	678
8.10. Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo.....	680
9. A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica.....	683
10. A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	683
11. Procedimento	684
11.1. A execução como fase do procedimento	684
11.2. A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão	684
11.3. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	686
11.4. A medida executiva e sua incidência.....	689
11.5. A defesa do devedor durante a fase de cumprimento	691
12. Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC)	692

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....695**

1. Introdução.....	695
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	696
3. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	696

3.1.	Regra geral.....	696
3.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	697
3.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica.....	698
3.4.	Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos.....	699
3.4.1.	Introdução.....	699
3.4.2.	Obrigação de dar ou de restituir coisa certa.....	699
3.4.3.	Obrigação de entregar coisa incerta.....	701
3.4.4.	Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse.....	702
3.5.	Momento da conversão em perdas e danos.....	703
3.6.	Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	703
4.	Procedimento.....	705
4.1.	Introdução.....	705
4.2.	Deflagração a requerimento ou de ofício.....	706
4.3.	Fase inicial e fase de execução forçada.....	706
4.4.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	706
4.5.	Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência.....	708
4.6.	Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa.....	709
5.	A defesa do executado.....	709
5.1.	Momento, forma e conteúdo.....	709
5.2.	Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	710
6.	Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....	713
7.	A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.....	717

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública719**

1.	Regime jurídico.....	719
2.	cumprimento de sentença em face da fazenda pública.....	721
3.	A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....	724
4.	Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	729
5.	Os créditos de natureza alimentícia.....	729
6.	Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	734
7.	Atualização monetária e juros no pagamento do precatório.....	736
8.	A lei N. 13.463/2017 e o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais.....	740
9.	Sequestro: natureza e objeto.....	742
10.	Intervenção federal e estadual.....	745
11.	Casos de dispensa de precatório.....	746

12. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos PARA pessoas idosas, para pessoas com doença grave e para pessoas com deficiência.....	751
13. Utilização de crédito de precatório.....	755
14. Parcelamento e financiamento de precatórios.....	757
15. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	760
16. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública	761
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 62/2009	762
18. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016	765
19. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de estados, Distrito Federal e municípios criado pela EC nº 99/2017 e alterado pela EC nº 109/2021	768
20. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	771

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia 773**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos	773
1.1. Noções iniciais.....	773
1.2. Classificação	774
1.2.1. Quanto à origem.....	774
1.2.2. Quanto à estabilidade	775
1.2.3. Quanto à natureza.....	776
1.2.4. Quanto ao momento.....	777
2. Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	779
2.1. Generalidades	779
2.2. Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, caput e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	781
2.3. Cumprimento de sentença por desconto.....	792
2.4. Cumprimento de sentença por expropriação	794
2.4.1. Nota introdutória	794
2.4.2. Levantamento de dinheiro penhorado	795
2.4.3. Direito de preferência do credor de alimentos	796
3. Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	796

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ► Competência na execução fundada em título extrajudicial 801

1. Generalidades.....	801
2. Competência da autoridade judiciária brasileira	801
3. Competência interna para execução.....	803
4. Competência territorial	804
5. Execução hipotecária	807
6. Competência para execução fiscal	807
7. Pluralidade de executados com domicílios diferentes.....	808
8. Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens	808
9. Títulos de crédito emitidos no exterior.....	809
10. Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento.....	810
11. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	810

Capítulo 23 ► Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado813

1. Considerações iniciais.....	813
2. Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	814
2.1. Fase inicial do procedimento executivo	814
2.1.1. Demanda executiva e controle judicial	814
2.1.2. A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	815
2.1.3. Citação na execução	816
2.1.4. Prazo para cumprimento voluntário.....	817
2.1.5. Posturas do executado após a citação	818
2.1.6. A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	819
2.2. Segunda fase: a execução forçada	823
2.3. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC) ..	824
3. A defesa do executado.....	825
3.1. Introdução	825
3.2. Embargos à execução.....	826
3.2.1. Noção e natureza jurídica.....	826
3.2.2. Valor da causa.....	829
3.2.3. Prazo para ajuizamento dos embargos.....	830
3.2.4. Competência para processamento e julgamento	833

3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	836
3.2.6.	Intervenção de terceiro	837
3.2.7.	Efeitos dos embargos	838
3.2.8.	Conteúdo dos embargos	842
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC)	845
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos	845
3.2.11.	Procedimento	851
3.2.12.	Recursos	853
3.2.13.	Honorários de sucumbência	854
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado	855
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada	856
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente	856
3.3.	Exceção de pré-executividade	857
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas)	861

Capítulo 24 ► **Penhora** **867**

1.	Noções gerais	867
2.	Funções	868
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	868
2.2.	Conservação do bem	871
2.3.	Direito de preferência	871
3.	Natureza jurídica	872
4.	Efeitos	873
4.1.	Considerações iniciais	873
4.2.	Materiais	874
4.2.1.	Alteração do título de posse do devedor	874
4.2.2.	Ineficácia relativa dos atos de disposição	875
4.2.3.	Reflexos penais	876
4.3.	Processuais	876
4.3.1.	Individualização dos bens	876
4.3.2.	Conservação dos bens penhorados	877
4.3.3.	Efeito suspensivo à defesa do executado	877
4.3.4.	Direito de preferência	877
5.	Objeto da penhora	878
6.	Impenhorabilidade	878

6.1.	Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	878
6.2.	Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento <i>ex officio</i>	882
6.3.	Fundamentos da impenhorabilidade	887
6.4.	Negócios processuais sobre a penhorabilidade	889
6.5.	Hipóteses de impenhorabilidade	890
6.5.1.	O <i>beneficium competentiae</i>	890
6.5.2.	Bens inalienáveis	891
6.5.3.	Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	892
6.5.4.	Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	894
6.5.5.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	895
6.5.6.	Rendimentos de natureza alimentar	896
6.5.7.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	901
6.5.8.	O seguro de vida	904
6.5.9.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	905
6.5.10.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	906
6.5.11.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	908
6.5.12.	Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários-mínimos)	910
6.5.13.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	912
6.5.14.	Bem imóvel de moradia ("bem de família")	913
6.5.15.	Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	924
6.5.16.	A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	925
6.5.17.	Impenhorabilidade do jus sepulchri, da sepultura e do sepulcro	927
6.5.18.	Penhora de bem dado em garantia real	929
6.5.19.	Impenhorabilidade de próteses	930

6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	930
6.5.21. Impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.....	932
7. Limites da penhora	933
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	934
9. Lugar e tempo da penhora	938
10. Realização, formalização e intimação da penhora	939
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	939
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	940
10.3. Depósito	942
10.3.1. Noções gerais.....	942
10.3.2. Escolha do depositário	943
10.3.3. Funções do depositário	945
10.3.4. Remuneração do depositário	946
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	947
10.4. Intimação do executado	948
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	949
11. Penhora de imóvel	950
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	952
13. Incidentes da penhora	953
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	953
13.2. Substituição da penhora	954
13.2.1. Nota introdutória	954
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	954
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	957
14. Penhoras especiais	959
14.1. Penhora <i>on-line</i> de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	959
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	965
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	971
14.3.1. Generalidades	971
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	972
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	974
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	977
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	979

Capítulo 25 ► Avaliação	983
--------------------------------------	------------

Capítulo 26 ► Adjudicação	987
--	------------

1. Considerações gerais	987
2. Procedimento	988
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	991
4. Legitimidade para adjudicar	992
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	996

Capítulo 27 ► Alienação	999
--------------------------------------	------------

1. Conceito e natureza jurídica	999
2. A alienação judicial por iniciativa particular	1002
3. Carta de alienação	1005
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	1007
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	1009
6. A alienação por leilão judicial	1010
6.1. O leilão e o leiloeiro	1010
6.2. O edital	1013
6.3. Transferência do leilão	1015
6.4. Intimações prévias necessárias	1015
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	1019
6.6. Conceito de arrematação	1019
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	1019
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	1021
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	1022
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC)	1023
6.11. Concurso de pretendentes	1023
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	1025
6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC)	1025
6.14. Arrematação “perfeita, acabada e irretratável” (art. 903, caput, CPC)	1026
6.15. Desfazimento da arrematação	1028
6.15.1. Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação	1028
6.15.2. Desistência ou resilição unilateral da arrematação	1028
6.15.3. Invalidade da arrematação	1030
6.15.4. Resolução da arrematação	1032

6.16. Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	1033
7. Efeitos da alienação	1035
7.1. Efeitos no plano material	1035
7.1.1. Título e modo da aquisição	1035
7.1.2. Responsabilidade tributária do adquirente	1036
7.1.3. Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	1037
7.1.4. Posse da coisa adquirida	1037
7.1.5. Alienação de bem objeto de locação ou comodato	1038
7.1.6. Purgação dos direitos reais de garantia	1040
7.1.7. Direito aos frutos pendentes do bem	1040
7.1.8. Traspasso dos direitos reais de gozo	1040
7.2. Efeitos no plano processual	1041
7.2.1. Conversão coativa da penhora	1041
7.2.2. Dever de pagar o preço	1041
7.2.3. Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado ..	1042
8. Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	1042
9. Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	1043
10. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	1045

Capítulo 28 ► **Entrega do dinheiro ao credor** 1049

1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa	1049
2. Entrega do dinheiro ao credor	1049
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras	1051
3.1. Disciplina geral	1051
3.2. Pressupostos	1051
3.3. Natureza jurídica	1056
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	1057
3.5. Questões de alta indagação	1059
3.6. Procedimento	1060
3.7. Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora”	1062

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública** 1065

1. Observação preliminar	1065
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública ...	1066

3. A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução.....	1067
3.1. Generalidades	1067
3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos	1069
3.3. Embargos parciais	1069
3.4. Procedimento dos embargos	1070
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	1071
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	1071

Capítulo 30 ► **Execução fiscal.....1073**

1. Noções gerais.....	1073
1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa.....	1073
1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores e em casos em que há súmula (judicial ou administrativa), precedente obrigatório ou entendimento vinculante.....	1078
1.3. Dispensa ou arquivamento de execuções fiscais de valores pequenos propostas por Conselhos Profissionais. Tema 1.193/STJ.	1080
1.4. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa	1081
1.5. Protesto de certidão de dívida ativa	1082
1.6. Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”	1083
1.7. Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis	1086
1.8. Interesse de agir na execução fiscal, o julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	1086
2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	1089
2.1. Legitimidade ativa.....	1089
2.2. Legitimidade passiva.....	1092
2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	1093
2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	1094
3. Competência.....	1100
3.1. Competência da primeira instância.....	1100
3.2. Competência do STF	1100
3.3. Competência da Justiça Estadual	1100
3.4. Competência da Justiça Federal	1101
3.5. Competência federal delegada	1102
3.6. Competência da Justiça Eleitoral	1104

3.7. Competência da Justiça do Trabalho.....	1104
3.8. Competência territorial.....	1105
3.9. Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial.....	1106
4. Procedimento.....	1109
4.1. Fase inicial.....	1109
4.2. Citação na execução fiscal.....	1111
4.3. Nomeação de bens à penhora.....	1113
5. Penhora na execução fiscal.....	1115
5.1. Generalidades.....	1115
5.2. Intimação da penhora na execução fiscal.....	1117
5.3. Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1118
6. Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz. Tema 1.229 do Superior tribunal de justiça	1118
7. A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN.....	1121
8. Pedido de parcelamento (CPC, art. 916).....	1124
9. Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público.....	1125
10. A defesa do executado.....	1125
11. Da expropriação na execução fiscal.....	1133
12. Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal.....	1135
13. Dos recursos na execução fiscal.....	1137

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial....1139**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial1145**

1. Considerações iniciais.....	1145
2. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer.....	1146
3. Procedimento.....	1147
3.1. Introdução.....	1147
3.2. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	1148
3.3. Segunda fase: execução forçada.....	1152
3.3.1. Introdução.....	1152
3.3.2. A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor.....	1153
3.3.3. A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1155
3.3.4. Conversão da prestação de fato em perdas e danos.....	1160
4. A defesa do executado.....	1162

Capítulo 33 ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial	1165
1. Considerações iniciais	1165
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1166
3. Procedimento	1166
3.1. Introdução	1166
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1167
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1170
3.4. Segunda fase: execução forçada	1173
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1173
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1173
3.5.2. Momento da conversão	1174
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	1175
4. Defesa do executado	1176
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1177
5.1. Considerações iniciais	1177
5.2. Apuração do valor indenizatório	1179
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1183
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1184
Bibliografia	1187